

ATA NÚMERO TRÊS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES REALIZADA NO DIA 06 DE FEVEREIRO DE 2025

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e cinco, nesta vila de Fornos de Algodres, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões para o efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal de Fornos de Algodres com as presenças de: António Manuel Pina Fonseca, que presidiu, Alexandre Filipe Fernandes Lote, Maria Luísa Dias Gomes, Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues e Cristina Maria Campos Guerra, Vereadores. -----

Secretariou a reunião André Veiga Santos Pereira, Técnico Superior. -----

Verificada a existência de quórum conforme o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deu-se início aos trabalhos pelas nove horas e trinta minutos. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Senhor Presidente cumprimentou todos os presentes e no seguimento da participação feita pelo Administrador da empresa “Terras Serranas” à Guarda Nacional Republicana e ao Ministério Público, relativamente a dois funcionários e ao Presidente da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, informou que o respetivo Processo tinha sido arquivado, em virtude de ter ficado provado que os dois funcionários legitimamente cumpriam as suas funções no seu local de trabalho. -----

O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção e informou também que no dia 11 de março de 2025, pelas 09h30m, haverá uma audiência, nomeadamente o debate instrutório, no Tribunal da Guarda, cujo arguido é a empresa “Terras Serranas” e cujo autor é o Ministério Público, em que, naturalmente, a Câmara Municipal de Fornos de Algodres se constituiu assistente. -----

No que concerne à deliberação que se verificou relativamente à questão do Coordenador do CLDS, o Senhor Presidente referiu que, imediatamente a seguir foi informado que afinal a Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) já havia solicitado a sua demissão, antes da referida deliberação, tal como está plasmado na ata de 21 de janeiro de 2025 e, conseqüentemente, fica assim sanada qualquer eventual incompatibilidade que possivelmente pudesse ser considerada. -----

O Senhor Presidente mais informou que o Município de Fornos de Algodres, tal como todos os Municípios da Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, foi convidado a marcar presença na comemoração dos 40 anos dos “Serranos”, que é uma comunidade portuguesa sediada em Newark, que muito tem colaborado com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres e com outras Entidades de Fornos de Algodres e do distrito da Guarda. Mais referiu o Senhor Presidente que já visitou a referida comunidade, na qualidade de Vice-Presidente da Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela,

no entanto, relativamente à próxima visita, foi decidido que o custo da deslocação deverá ser suportado por cada Município que eventualmente pretenda participar na referida comemoração e, conseqüentemente, na próxima reunião de Câmara deverá ser apreciada e votada uma proposta de atribuição de um subsídio no valor de 1.700,00 (mil e setecentos) Euros ao Centro Cultural “Os Serranos” e também deverão ser custeados e apreciados os valores da deslocação a Newark. Ainda relativamente a esta temática o Senhor Presidente mais informou que, em virtude de se tratar da comemoração dos 40 anos, também estará presente o Senhor Secretário de Estado para as comunidades portuguesas, Dr. José Cesário, e uma vez que Newark fica muito próximo de Nova York, possivelmente também deverá marcar presença o atual Secretário-Geral das Nações Unidas, Dr. António Guterres. O Senhor Vereador Alexandre Lote usou da palavra, cumprimentando todos os presentes e começou por dar conhecimento dos trabalhos realizados pelos Serviços Externos, sendo que a nível de trolhas e calceteiros se procedeu à reparação da calçada na zona da entrada da Biblioteca Municipal, foram também concluídos os trabalhos de colocação de canalização num prédio da Zona Sul, situação esta que também foi herdada e finalmente foi resolvida, foram concluídos os trabalhos na Capela de Nossa Senhora da Graça, sendo que no seguimento do abatimento de um muro, se aproveitou para resolver algumas patologias existentes no espaço e fizeram-se algumas intervenções em alguns apartamentos que apresentavam alguns problemas, no Bairro do Ténis, onde também se estão a acompanhar os voluntários que se encontram em Fornos de Algodres para fazer algumas pinturas nos espaços comuns. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote prosseguiu a sua intervenção e referiu que a nível dos canalizadores, tal como todos devem ter reparado na entrada da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, foi levada a efeito uma intervenção no sentido de se colocar um medidor de caudal, o que é fundamental para se fazer a gestão do equipamento e, a nível dos carpinteiros referiu que se tem vindo a preparar uma loja, que era um antigo talho na zona inferior do mercado, para funcionar como armazém da Câmara Municipal e albergar material relacionado com a organização de eventos, evitando assim que tenha de se andar constantemente a transportar o referido material. -----

Relativamente ao trabalho dos jardineiros, o Senhor Vereador Alexandre Lote informou que se deu início ao processo do tratamento de relvas, das podas e procedeu-se à manutenção dos canteiros na Zona Sul, sendo que durante a presente quinzena deverá ficar concluída e para além disso procedeu-se à limpeza do jardim na zona envolvente da Guarda Nacional Republicana, onde também se está a estudar uma solução, relativamente à intervenção do plano de água existente. -----

No que diz respeito à limpeza de bermas, o Senhor Vereador Alexandre Lote referiu que se está prestes a concluir a intervenção na estrada que liga Fornos de Algodres à Ponte Nova. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote mais informou que não tinha estado presente na reunião anterior uma vez que tinha estado em Bruxelas, no âmbito de uma iniciativa denominada “Construir a Europa com os Eleitos Locais”, sendo que foi a vez de Portugal marcar presença com a sua comitiva, o que foi uma experiência bastante enriquecedora e motivo de muito orgulho por ter feito parte integrante da mesma. Neste contexto o Senhor Vereador Alexandre Lote acrescentou que teve a oportunidade de participar em várias sessões, nomeadamente:

- Sessão de Economia Circular, Produção e Consumos Sustentáveis; -----
- Sessão alusiva ao Funcionamento da União Europeia; -----
- Sessão de Contribuição do Plano Estratégico da PAC para o Desenvolvimento Sustentável a das Áreas Rurais em Portugal; -----
- Sessão inerente à Transição para um Turismo mais Responsável e Sustentável; -----
- Sessão sobre Política de Coesão; -----
- Sessão de Desafios da União Europeia; -----
- Sessão alusiva ao Plano de Ação para a Educação Digital na União Europeia. -----

Para terminar o Senhor Vereador Alexandre Lote referiu que, tal como já deveriam ter tido conhecimento, a feira quinzenal passou a ser realizada no Mercado Municipal, em que se tem assistido a uma boa recetividade por parte dos feirantes, no entanto, ainda terá de se proceder a alguns acertos, no sentido de se chegar a boas soluções e a um bom consenso. Ainda relativamente a esta temática o Senhor Vereador Alexandre Lote manifestou o seu agrado pelo facto de todos os feirantes se sentirem verdadeiramente contentes relativamente ao espaço e, uma vez que o seu pai também é feirante, tem profundo conhecimento de outras realidades, que ao serem comparadas com a realidade do Mercado Municipal de Fornos de Algodres, se verifica que as condições da mesma são, sem dúvida, bem melhores do que as demais, o que, na sua opinião, será um fator preponderante para que a feira quinzenal de Fornos de Algodres se mantenha por muitos e longos anos. -----

O Senhor Presidente usou da palavra informando que o sorteio inerente à campanha de Natal de 2024 se iria realizar no final da presente reunião e, neste sentido, endereçou o convite às Senhoras Vereadoras da oposição para estarem presentes. -----

A Senhora Vereadora Luísa Gomes usou da palavra cumprimentando todos os presentes e, no seguimento do proferido pelo Senhor Vereador Alexandre Lote referiu que os jovens da missão “País” da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra se encontravam alojados na Residência de estudantes de Fornos de Algodres, desde o dia 02 de fevereiro até ao dia 09 de fevereiro, no sentido de desenvolver algumas atividades de voluntariado, quer nas IPSS(s), quer no Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres, sendo que também se propuseram realizar trabalhos de pintura nos espaços comuns dos dois prédios de habitação Social do Bairro do Ténis. Ainda relativamente a esta temática a Senhora Vereadora Luísa Gomes acrescentou que o referido grupo de jovens está ligado à Igreja Católica e propôs-se realizar esta missão durante três anos, sendo que já estiveram em Fornos de Algodres no ano transato, estão presentes atualmente e virão também no próximo ano. Mais referiu a Senhora Vereadora Luísa Gomes que o Município de Fornos de Algodres lhes presta o devido apoio em termos de alojamento e as IPSS(s) e o Agrupamento de Escolas, onde são desenvolvidas as atividades em termos de animação social, contribuem com a alimentação, assim como algumas famílias que também contribuem com alimentação .no período do jantar. -----

A Senhora Vereadora Luísa Gomes prosseguiu a sua intervenção e informou que no dia 04 de fevereiro se tinha dado início a um Programa de animação nas IPSS(s) ,através da colaboração do “Rancho Sénior do concelho de Fornos de Algodres” e do Grupo de Cantares “Mondego Voces”, que costumam ensaiar semanalmente, mas como

não têm muitas atuações, considerou-se ser uma mais-valia, não só para os grupos de animação, como também para os idosos que se encontram institucionalizados que se levasse a efeito, quinzenalmente, uma sessão de animação, que tanto contribuirá para o envelhecimento ativo. -----

O Senhor Presidente usou da palavra e referiu que a Organização “Just a Change” que levou a efeito vários trabalhos de reabilitação de habitações no concelho de Fornos de Algodres, se encontra atualmente a trabalhar com os 15 Municípios que fazem parte integrante da Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, sendo que se iria realizar uma reunião na Guarda, no sentido de se acautelar todo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido em termos de habitação, que tem sido uma mais valia para o território. -----

Relativamente à temática da Habitação o Senhor Presidente manifestou a sua preocupação, na sequência das notícias emitidas pelo Senhor Ministro da Coesão Territorial, em virtude de muitos dos Projetos, aos quais muitas das Câmaras já haviam dado início, e nos quais já se tinha investido milhões de Euros, poderem ficar sem efeito e, neste sentido, referiu que espera sinceramente que tal não se venha a verificar e que se chegue a um consenso relativamente à situação. -----

O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção e referiu que na última reunião a Senhora Vereadora Joaquina Domingues tinha solicitado que lhe fosse dado a conhecer os custos totais, diretos e indiretos inerentes à Escola Básica de Figueiró da Granja e ao Mercado Municipal, mas, atendendo ao facto de os documentos ainda não estarem prontos, tal não seria possível, sendo que na próxima reunião se procederá à entrega dos mesmos. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues usou da palavra, cumprimentando todos os presentes e começou por referir que quem estava a secretariar a presente reunião e quem iria fazer a ata da mesma, seria o André e, neste sentido, questionou se a Célia se encontrava de férias ou se eventualmente estaria doente, pois se fosse o caso gostaria de lhe desejar boas melhoras, porque tem sido uma boa secretária. -----

No que concerne ao proferido pelo Senhor Vereador Alexandre Lote relativamente à limpeza das bermas e dos jardins, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues referiu que se deveria ter dado prioridade à manutenção do Jardim Municipal porque de facto se encontra muito maltratado e muito descuidado, sendo que até já há silvas que por lá proliferam e, como é à entrada da casa que se vê muito do que tem a casa, dever-se ia acautelar a situação, pois é uma mau exemplo relativamente ao tratamento e manutenção dos jardins e das áreas de lazer. -

Na sequência do proferido pelo Senhor Presidente relativamente à demissão da Dra. Teresa Pinto, datada de 21 de janeiro do corrente ano, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues manifestou o seu agrado pelo facto de não ter votado favoravelmente em algo que, como não era do conhecimento dos presentes, se apresentava em inconformidade e teria de ser considerado irregular, embora a Câmara Municipal tenha considerado que a Dra. Teresa Pinto deveria ser a Coordenadora do CLDS 5G. Ainda relativamente a esta temática a Senhora Vereadora Joaquina Domingues reiterou que desconhecia que a Dra. Teresa Pinto já se tinha demitido do cargo de Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e, como tal, votou contra, uma vez que a situação implicava inconformidade e irregularidade, e mais acrescentou que também achou estranho o facto de a Dra. Teresa Pinto, no seu Curriculum Vitae, ter omitido que era, ou teria sido Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, quando no mesmo até consta que teve uma única hora de formação em determinada área. -----

A Senhora Vereadora Cristina Guerra usou da palavra e relativamente à questão da CLDS, referiu que gostaria de saber se o Curriculum Vitae que foi apresentado na reunião anterior, foi o mesmo que foi apreciado pelo Júri do concurso, pois se o Curriculum foi o mesmo, trata-se de algo grave, uma vez que o Júri em causa não poderia não ter conhecimento de que a Dra. Teresa Pinto era a Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, é membro da Assembleia Municipal, o que também é omitido no seu Curriculum Vitae e que é a 1ª secretária da Mesa.-----

Ainda relativamente a esta temática, a Senhora Vereadora Cristina Guerra referiu que, tendo em conta que as pessoas que fazem parte da equipa da CLDS entraram todas em funções na Câmara Municipal de Fornos de Algodres, no dia 02 de janeiro de 2025, mas como a CLDS, tanto quanto se sabe, ainda não foi aprovada e ainda não se verificou o seu início, sendo que a deliberação tomada pela Câmara Municipal foi no sentido de que os membros da equipa entrariam em funções quando a CLDS fosse aprovada, a Senhora Vereadora Cristina Guerra referiu que, na sua opinião, o Senhor Presidente não os poderia ter admitido antes. Mais referiu a Senhora Vereadora Cristina Guerra que o FAM não se pronuncia relativamente a estes concursos, uma vez que alegadamente são uma descentralização das competências da Segurança Social, com o qual a Senhora Vereadora Cristina Guerra não concorda, mas foi assim que foi apresentado ao FAM e, neste contexto, questionou quais serão os impactos financeiros para a Câmara Municipal de Fornos de Algodres inerentes à antecipação do exercício de funções por parte das pessoas da equipa da CLDS, qual será a vigência do contrato das mesmas e também questionou o que é que a equipa já se encontra a desenvolver e o que já elaborou, desde janeiro do corrente ano. -----

No que diz respeito à intervenção da Senhora Vereadora Joaquina Domingues relativamente à Dra. Teresa Pinto, o Senhor Presidente referiu que, qualquer eventual incompatibilidade por inutilidade superveniente da lide, ficaria sanada, uma vez que a Dra. Teresa Pinto já se havia demitido do cargo de Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, quando se verificou a deliberação e relativamente à situação do jardim, o Senhor Presidente referiu que iria averiguar o que se passa e, mais acrescentou, que não é pelo facto de o jardim ter a designação de Jardim 28 de maio que não é devidamente tratado. -----

Ainda relativamente à questão do CLDS citada pela Senhora Vereadora Cristina Guerra, o Senhor Presidente referiu que os custos que o Município de Fornos de Algodres já está a ter com a equipa, em virtude de ainda não ter sido emitido o termo de aceitação da candidatura, poderão ser imputados ao Projeto CLDS, à posteriori, e mais acrescentou que o contrato entrou em vigor no dia 02 de janeiro de 2025 e terá uma vigência de 48 meses. No que diz respeito à questão do Curriculum Vitae da Dra. Teresa Pinto, o Senhor Presidente referiu desconhecer a situação, sendo que apenas o Júri do concurso estaria apto a responder a tal questão, pelo que, oportunamente, se dará nota da respetiva informação. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote usou da palavra e relativamente à questão dos jardins referiu que não foi possível proceder à intervenção que estava prevista para o Jardim 28 de maio, em virtude de nos últimos 15 dias se ter verificado um agravamento das condições climatéricas, em que se verificou muito vento, o que originou

alguns problemas de última hora e, como tal, houve a necessidade de intervir noutros equipamentos, nomeadamente no campo sintético, em que se verificou o levantamento das redes e das vedações. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote prosseguiu a sua intervenção e referiu que no atual mandato já se procedeu a algumas intervenções de melhoramento no Jardim 28 de maio, nomeadamente o enrelvamento e a construção do monumento em homenagem aos antigos combatentes, para além de que foi convertido no palco das atividades de Natal, sendo que, de uma forma geral, o Município de Fornos de Algodres tem desenvolvido um bom trabalho na manutenção dos espaços verdes do concelho de Fornos de Algodres. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 24 DE JANEIRO 2025 -----

O Senhor Presidente, após leitura da ata propôs a sua aprovação. -----

Aquando da votação, o Senhor Vereador Alexandre Lote ausentou-se da mesma em virtude de não ter estado presente na reunião ordinária de 24 de janeiro, 2025. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade dos presentes. -----

2-APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS E APOIOS ÀS ASSOCIAÇÕES, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO; -----

Considerando a proposta elaborada pela Comissão de Análise do Programa de Apoio ao Associativismo e de acordo com o n.º 1 do artigo 17.º do Regulamento, remete-se Relatório Final, entregue pela referida Comissão, para apreciação e decisão do Executivo Municipal. -----

A Senhora Vereadora Luísa Gomes usou da palavra e referiu que após reunião da Comissão de Análise, foi delineada a presente proposta, de acordo com os critérios patentes no Regulamento. -----

O Senhor Presidente usou da palavra e acrescentou que a formalização da presente proposta está relacionada com os elementos que cada Instituição forneceu ao Júri, Júri este que é composto pelo Dr. Pedro Azevedo, Dra. Célia Candeias e Dra. Maria Isabel Assunção e é com base nos referidos elementos, nomeadamente os Planos de Atividades, que se tornou possível chegar às respetivas pontuações inerentes a cada Instituição -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues usou da palavra e referiu que um dos critérios patentes no Regulamento de Apoio ao Associativismo se prende com a apresentação do Plano de Atividades por parte de cada Associação, assim como têm de apresentar o relatório de cumprimento do anterior, no entanto, nunca foi tido

conhecimento, nem há qualquer tipo de evidência para as Senhoras Vereadoras da oposição em como tal critério tenha sido levado em consideração e tenha sido devidamente analisado. -----

Ainda relativamente a esta temática, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues acrescentou que todos os anos tem sido feita referência a esta situação e continua-se na mesma, sem conhecimento claro e transparente se quem apresenta a nova candidatura ao apoio, também apresentou o relatório de cumprimento do anterior Plano de Atividades. Mais referiu a Senhora Vereadora Joaquina Domingues que o Júri em causa reuniu e fez a presente avaliação no dia 08 de novembro de 2024 e, neste contexto, questionou se nessa altura o Júri já tinha conhecimento do valor da respetiva rubrica e da disponibilidade da mesma no orçamento para 2025, ao que o Senhor Presidente respondeu que a dotação orçamental apresentada se baseou apenas numa previsão. Relativamente ao cumprimento do Plano de Atividades por parte das Instituições, o Senhor Presidente informou que nunca põe em causa a idoneidade, o profissionalismo e a correção dos membros do Júri, sendo que parte do princípio de que os membros do Júri procedem à validação de toda a documentação necessária, por forma a emitirem o respetivo relatório e mais acrescentou que o Executivo Municipal nunca interferiu na deliberação de nenhum dos concursos, seja qual for o procedimento, nomeadamente nos concursos para admissão de pessoal, sendo que, aquando do recrutamento para o Radar Social, havia vários concorrentes de Fornos de Algodres e foram admitidas duas pessoas que nem sequer têm qualquer tipo de ligação a Fornos de Algodres. -----

O Senhor Presidente reiterou que nunca pôs em causa a idoneidade e o profissionalismo do Júri dos concursos de qualquer tipo de procedimento e, a título de exemplo, sublinhou que o Chefe da DAG, Dr. Américo Domingues, valida os apoios que são entregues às Juntas de Freguesia, sempre mediante a contraentrega do relatório das atividades, que é feita semestralmente. -----

Relativamente às questões colocadas anteriormente, o Senhor Vereador Alexandre Lote referiu que é perfeitamente normal que o Júri tenha conhecimento da rubrica, uma vez que esse facto também reflete aquilo que é a elaboração do orçamento, em que se prima pela participação ativa de todos os Serviços, sendo que, como é do conhecimento geral, a proposta de orçamento é plurianual e, no âmbito dessa plurianualidade, está definido, desde o primeiro ano do mandato, qual a rubrica a que o Programa em causa corresponde e, no que concerne ao investimento previsto, mais uma vez, no âmbito das reuniões de preparação do Orçamento Municipal, o Executivo Municipal tem o cuidado de reunir com os vários Serviços em que é feita uma previsão do que poderá ser o orçamento para o ano seguinte, sendo que foi com base nessa previsão que se apresentou a proposta de orçamento, que foi devidamente aprovado, quer em reunião de Câmara, quer em Sessão de Assembleia Municipal, Sessão essa na qual não se registaram votos contra. Ainda relativamente a esta temática o Senhor Vereador Alexandre Lote sublinhou que, caso a deliberação tivesse sido outra, o assunto estaria salvaguardado até porque o próprio Regulamento de Apoio ao Associativismo permite que se proceda a um ajustamento, na medida em que as candidaturas são avaliadas percentualmente, o que significa que, em função do valor que vier a ser definido, assim será calculado o valor do subsídio. -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria com o voto contra da Senhora Vereadora Cristina Maria Campos Guerra, conforme declaração de voto de vencido. -----

----- Voto vencido -----

“Voto vencido nos termos da Legislação e Regimento das reuniões da Câmara Municipal tendo em conta que com a convocatória apenas foi enviada a ata da Comissão de Análise datada de 08 de novembro e proposta do Chefe da DAG datada de 29 de janeiro pelo que nem me vínculo sequer à apreciação por não ser cumprida a Norma de controlo interno, Regimento das reuniões de Câmara e Plano de prevenção da corrupção e infrações conexas e Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, além de que: -----

- Em momento algum a Comissão de Análise, desde a nomeação de abril de 2023, por despacho do Senhor Presidente, cumpriu ou justificou os incumprimentos do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, o que novamente se verifica pelo incumprimento de diversos articulados do Regulamento, sem que com a documentação venha qualquer justificação; -----

- Não é fornecida informação, melhor dizendo, continua a ser subnegada com recurso a omissões de informação ao Órgão Executivo, informação relevante de todo o procedimento; -----

-O Regulamento é muito explícito no seu articulado, explicitando que as omissões são da responsabilidade do Órgão Executivo; -----

- Desconhece-se por omissão que os impedimentos e incompatibilidades dos membros da Comissão de Análise foram tidos em conta, bem como das Entidades e respetivos interlocutores ou representantes; -----

- Desconhece-se a delegação de competências dos Vereadores e respetivos Pelouros, bem como no Chefe da DAG; -----

- No dia 08 de novembro, nem o Órgão Executivo conhecia a proposta orçamental para 2025, pelo que muito se estranha que a Comissão de Análise, nessa data conhecesse os valores da dotação orçamental para 2025.” -----

O Senhor Presidente usou da palavra e, relativamente à declaração de voto vencido apresentada pela Senhora Vereadora Cristina Guerra, referiu que, na sua opinião, estão cumpridos todos os requisitos para que o presente documento possa ser submetido a apreciação na presente reunião e possa ter sido aprovado por maioria, apenas com um voto contra. -----

3- DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA CONHECIMENTO; -----

Nos termos da alínea a) , nº 1 do art.º 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), alterada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, declara-se que todos os compromissos plurianuais à data de 31 de dezembro de 2024 se encontram devidamente registados no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e nos termos da alínea b) n.º1 do art.º 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), alterada pela Lei n.º 22/2015, de 17

de março, declara-se que não existem recebimentos nem pagamentos em atraso à data de 31 de dezembro de 2024. -----

O Senhor Presidente usou da palavra referindo que todos os compromissos plurianuais à data de 31 de dezembro de 2024 se encontravam devidamente registados, de acordo com a listagem que o Chefe de Divisão da DAG, Dr. Américo Domingues tinha dado a conhecer na presente reunião. -----

A Senhora Vereadora Cristina Guerra usou da palavra, passando a fazer a seguinte declaração: -----

----- Declaração -----

“Com a convocatória apenas foi enviada declaração com valores globais sem informação complementar demonstrativa e clarificadora dos valores inscritos, pelo que não me é possível analisar, tendo em conta os documentos orçamentais de 2025, a alteração orçamental de 2024, dezembro e por ausência de contratos disponíveis na BASE GOV, nomeadamente a obra cuja intervenção está a ocorrer no Bairro do Ténis.” -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues usou da palavra referindo que se verificou uma falha ao ter-se procedido à entrega da listagem dos compromissos plurianuais apenas no início da presente reunião, o que impossibilitou a análise pormenorizada do referido documento, no sentido de clarificar algumas situações que se desconhecem e que suscitam algumas dúvidas, nomeadamente no que concerne ao compromisso que a Câmara Municipal de Fornos de Algodres tem para com algumas Entidades e nomes particulares que estão elencados na referida listagem. Neste contexto e, a título de exemplo, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues questionou se o Hugo Filipe de Sousa estaria relacionado com a temática do ambiente e o que é que o Tiago Rafael Pratas Andrade estaria a desenvolver no Município de Fornos de Algodres, tendo o Senhor Presidente esclarecido que a atividade do Hugo Sousa está relacionada com o ambiente e que o Tiago Pratas está adstrito à área do património e dos seguros e, neste contexto, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues sublinhou que desconhecia que haveria alguém ligado à área do património que tivesse efetivamente algum compromisso para com a Câmara Municipal de Fornos de Algodres, ao que o Senhor Presidente respondeu que, da mesma forma que há falta de pessoal relativamente à área do ambiente, também se verificaram falhas no que diz respeito à edificação do património e ao registo do mesmo e, tendo em conta que o Tiago Pratas já se encontrava na Câmara Municipal de Fornos de Algodres, no âmbito de uma medida de emprego, foi direcionado para o desenvolvimento desse tipo de trabalho, no sentido de que todo o património da Câmara Municipal fique devidamente registado, o que nunca foi feito anteriormente. Ainda relativamente a este assunto, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues questionou qual seria a vigência do compromisso para com o Tiago Pratas, ao que o Senhor Presidente referiu que terá a durabilidade de um ano e mais referiu a Senhora Vereadora Joaquina Domingues que já deveria ter sido informada relativamente a este assunto, até porque sempre foi considerado pelo FAM que uma das falhas do Município de

Fornos de Algodres se prendia precisamente com a questão da identificação do património, sendo que até tinha sido referido que havia dificuldade em recrutar um técnico. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues prosseguiu a sua intervenção e salientou que certamente haveria outras situações sobre as quais gostaria de pedir esclarecimentos, mas de facto, em tão curto espaço de tempo, torna-se impossível, no entanto questionou ainda que tipo de empresa seria a “Ambidag” e se era a que estava sediada em Leiria, ao que o Senhor Presidente esclareceu que se trata da empresa que está ligada à intervenção no Bairro do Ténis e está sediada em Viseu, tendo a Senhora Vereadora Joaquina Domingues questionado também que tipo de compromisso existe com a Lúcia Nunes Olival, ao que o Senhor Presidente respondeu que está ligada ao Projeto inerente aos Bairros Digitais, projeto esse que está a ser financiado e ao qual está afeta apenas uma pessoa. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues reiterou que existem pormenores no documento em causa que desconhece, tendo o Senhor Presidente sugerido que a respetiva análise do documento fosse feita à posteriori e, na próxima reunião, no período antes da ordem do dia, poderão ser facultados todos os esclarecimentos que a Senhora Vereadora Joaquina Domingues considerar pertinentes, sugestão esta com a qual a Senhora Vereadora Joaquina Domingues concordou perfeitamente. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

4-. DECLARAÇÃO DE SUBVENÇÕES PÚBLICAS, PARA CONHECIMENTO; -----

A fim de dar cumprimento ao estabelecido na Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, informa-se que as subvenções públicas do ano de 2024, foram as seguintes: -----

- Associação Desportiva de Fornos de Algodres – 39.119,51 Euros; -----

- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres – 66.331,67 Euros. -----

O Senhor Presidente usou da palavra referindo que as subvenções públicas do ano de 2024 são inerentes à Associação Desportiva de Fornos de Algodres e à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres, sendo que o montante inerente à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres está relacionado com a componente das EIP(s) e a componente do Apoio ao Associativismo. -----

A Senhora Vereadora Cristina Guerra usou da palavra, passando a fazer a seguinte declaração: -----

----- Declaração -----

“Com a convocatória apenas foi enviada declaração sem informação complementar demonstrativa e clarificadora dos valores inscritos, pelo que não me é possível analisar, nem saber se os impedimentos e incompatibilidades foram tidos em conta e se estão incluídos todos os apoios da Câmara Municipal.” -----

O Senhor Presidente usou da palavra e referiu que o documento em causa é feito pela Divisão de Administração Geral, com a responsabilidade do Dr. Américo Domingues, sendo que, naturalmente, jamais iria pôr em causa a idoneidade e o profissionalismo relativamente à elaboração do documento em causa, até porque seria impossível que os valores apresentados pelo Dr. Américo não transparecessem a informação fidedigna da Secção de Contabilidade da Câmara Municipal de Fornos de Algodres. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

5-. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO; -----

Na gestão municipal podem surgir despesas urgentes, inadiáveis e de pequeno montante. O tempo, modo e lugar da exigibilidade da realização da despesa e o seu pagamento, pode tornar-se incompatível com o procedimento administrativo comum existente no Município de Fornos de Algodres (MFA). -----
O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, permite, em caso de reconhecida necessidade, a constituição de fundos de maneo com vista ao pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis. -----

A Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, determina que o apoio ao funcionamento das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) é assegurado pelos municípios, designadamente através da disponibilização de um fundo de maneo destinado a suportar despesas ocasionais e de pequeno montante, resultantes da ação das comissões de proteção junto das crianças e jovens, suas famílias ou pessoas que têm a sua guarda de facto. -----

O Regulamento Municipal de Fundos de Maneio do MFA estabelece as regras e procedimentos de constituição, reconstituição e reposição dos fundos de maneo no Município de Fornos de Algodres, bem como a sua contabilização. Mais especificamente, define, para além dos titulares e valores máximos a atribuir, a natureza das despesas e valores máximos a pagar, a afetação nas rubricas da classificação económica e os fluxos de constituição, reconstituição e reposição dos fundos de maneo. -----

De acordo com o n.º 1, do art.º 4 do Regulamento, cabe à Câmara Municipal, em caso de reconhecida necessidade aprovar anualmente a constituição de fundos de maneo. -----

Na utilização do Fundo de Maneio, os seus titulares em caso de necessidade urgente e inadiável, poderão adquirir bens ou serviços, de acordo com a GOP n.º 04 01 2023/12 8 – Fundo de Maneio, constituída pelas seguintes rúbricas de classificação económica: -----

- **02 020105 – Alimentação – refeições confecionadas; -----**
- **02 020118 – Livros e documentação técnica; -----**
- **02 020121 – Outros bens; -----**
- **02 020211 – Representação dos serviços; -----**
- **02 02021002 – Outros transportes; -----**
- **02 020213 – Deslocações e estadas. -----**

Propõe-se a criação dos seguintes fundos de maneio: -----

1 - Ao abrigo do art.º 5.º do Regulamento, propõe-se a titularidade de fundo de maneio: -----

- **Presidente da Câmara, no valor de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros); -----**
- **Vereadores com pelouro atribuído, no de valor 750,00€ (setecentos e cinquenta euros); -----**
- **Chefes da Divisão no valor de 500,00€ (quinhentos euros). -----**

2 – Ao abrigo do art.º 14.º, propõe-se a titularidade de fundo de maneio, no montante de 52,00€ (cinquenta e dois euros) a: -----

- **Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). -----**

O Senhor Presidente usou da palavra e referiu que o documento em causa já foi apreciado em reunião de Câmara, no entanto surgiu um problema com a emissão dos respetivos cartões ao nível da Caixa Geral de Depósitos e, como tal, a situação foi-se prolongando. Mais referiu o Senhor Presidente que, entretanto, foi aprovado o respetivo Regulamento pelo que o documento carece de nova apreciação e votação na presente reunião, por forma a que o processo comece a funcionar no início do corrente ano -----

A Senhora Vereadora Cristina Guerra usou da palavra e questionou se o documento em causa não havia sido já aprovado no ano transato, ao que o Senhor Vereador Alexandre Lote referiu que no ano transato se aprovou o fundo de maneio para 2024, sendo que ter-se-á de aprovar o fundo de maneio para 2025, no entanto, no ano passado houve um problema com a emissão dos cartões da Caixa Geral de Depósitos em virtude de os cartões do Município de Fornos de Algodres não poderem ser cartões de crédito, devido à questão do endividamento, sendo que apenas poderão ser cartões de carregamento. Mais referiu o Senhor Vereador Alexandre Lote que se verificou alguma dificuldade em termos de articulação com a Caixa Geral de depósitos e só agora foi possível ter os cartões adaptados no sentido de se conseguir implementar o que foi decidido em reunião de Câmara. -----

No seguimento do explanado pelo Senhor Vereador Alexandre Lote, o Senhor Presidente acrescentou que o cartão será carregado com o valor do fundo de maneio e, após ser utilizado, ter-se-á de apresentar o documento da

respetiva despesa, que em termos regulamentares possa ser efetuada, no sentido de que a operação seja devidamente validada. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues usou da palavra referindo que também se lembra perfeitamente de que em 2024 se tenha aprovado a constituição e o fundo de maneiio em si, no entanto, ao que parece, ninguém o utilizou e, neste sentido, questionou se os valores de ambas as propostas de fundo de maneiio são iguais, ao que o Senhor Presidente respondeu afirmativamente. -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria com o voto contra da Senhora Vereadora Cristina Maria Campos Guerra, conforme declaração de voto de vencido. -----

----- Voto vencido -----

“Com a convocatória apenas foi enviada a proposta do Presidente da Câmara, de duas páginas, sem que seja cumprida a Norma de controlo interno e Plano de prevenção de corrupção e infrações conexas. -----

Em momento algum é fornecida qualquer fundamentação para a tipologia das despesas inscritas e em momento algum é fornecido qualquer fundamento para os valores propostos -----

Desconhece-se em absoluto os montantes movimentados por cada fundo de maneiio no ano de 2024, bem como as despesas e tipologias das mesmas para renovar tais fundos de maneiio para o ano corrente de 2025, além de que: -----

- Se considera que o Presidente e os respetivos Vereadores referidos nos fundos de maneiio estão abrangidos por impedimentos e incompatibilidades nos termos da Legislação e Regimento das reuniões da Câmara Municipal, não podendo participar na apreciação e votação de tal proposta; -----

- Desconhece-se despacho de delegação de competências nos Vereadores e Chefes de Divisão.” -----

6- DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO DA AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÃO DESTINADA A CRECHE NA LOCALIDADE DE INFIAS, NO ÂMBITO DA CANDIDATURA Nº PRR-RE-C03-i01-04-000065; -----

No seguimento da abertura de procedimento de concurso público para a empreitada “Ampliação de edificação destinada a Creche na localidade de Infias, no âmbito da candidatura n.º PRR-RE-C03-i01-04-000065 (Processo de Obras n.º 21/2024), conforme deliberação do Executivo Municipal de 31 de outubro de 2024, remete-se proposta de adjudicação da empreitada, conforme Relatório Final do Júri do procedimento, bem como minuta do contrato para aprovação. -----

O Chefe de Divisão Técnica Municipal, Eng.º Paulo Santos, usou da palavra e referiu que no decorrer da empreitada o Júri já elaborou o relatório final em que propõe a adjudicação à empresa “Hugo Miguel Fernandes Construções, Lda.”, com o valor de quinhentos e treze mil, cento e quarenta e oito Euros. -----

O Senhor Presidente usou da palavra e referiu que, tal como está patente no documento em causa, houve quatro concorrentes, sendo que dois deles foram excluídos por questões de índole processual e foram admitidos dois concorrentes, tendo-se verificado uma diferença no valor e, como tal, a empreitada foi adjudicada à referida empresa, na esperança de que a obra se inicie o mais rapidamente possível. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues usou da palavra e referiu que lhe surgiu uma dúvida relativamente às datas dos documentos, e, uma vez que a deliberação do Executivo Municipal está datada de 31 de outubro de 2024 e o relatório final foi elaborado a 03 de janeiro de 2024, tendo sido publicado na plataforma a 06 de março de 2024, questionou como é que a respetiva aprovação por parte do Executivo Municipal é feita depois da elaboração do relatório final e da sua publicação? Mais referiu a Senhora Vereadora Joaquina Domingues que a decisão de contratação foi tomada a 31 de outubro de 2024. -----

O Senhor Presidente usou da palavra e após análise dos documentos esclareceu que onde se lê “03 de janeiro de 2024 e 06 de março de 2024”, deverá ler-se “03 de janeiro de 2025 e 06 de janeiro de 2025 respetivamente”. -

A Câmara deliberou aprovar por maioria com o voto contra da Senhora Vereadora Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues e da Senhora Vereadora Cristina Maria Campos Guerra, conforme declaração de voto de vencido. -----

----- Voto vencido -----

“Voto vencido tendo em conta que até à presente data o Órgão Executivo não tem nenhuma informação acerca dos impactos materiais, recursos humanos da Câmara Municipal e financeiros no curto, médio e longo prazo, não estar cumprida a Norma de controlo interno e Plano de prevenção de corrupção e infrações conexas, continua o Órgão Executivo, até à presente data a desconhecer protocolos, já referido em ata, com a Santa Casa da Misericórdia, Junta de Freguesia de Infias e a Associação Desportiva de Fornos de Algodres, bem como a análise de impedimentos e incompatibilidades destes intervenientes. -----

Relativamente à minuta do contrato, esta parece-me irregular e ilegal, tendo em conta que o Chefe da DAG usa um despacho de nomeação ilegal do ano de 2018, do anterior mandato autárquico e relativamente ao Chefe de Divisão Técnica, enquanto responsável pela fiscalização, pensamos não poder ser o gestor deste contrato.” -----

7- PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA -----

O Senhor Presidente, após leitura da minuta da ata, propôs a sua aprovação. -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria com o voto contra da Senhora Vereadora Cristina Maria Campos Guerra, conforme declaração de voto de vencido. -----

----- Voto vencido -----

“Nos termos da Legislação, Voto vencido, tendo em conta os Votos vencidos por mim declarados nesta reunião.”

Não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, foi lavrada a presente ata que vai ser lida e assinada nos termos da lei. -----

O Presidente da Câmara

(António Manuel Pina Fonseca)

O Secretário

(André Veiga Santos Pereira)

O Original encontra-se assinado
no Gabinete de Apoio à Presidência